



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações sobre a relação de todos os descontos indevidos realizados, discriminados por unidade da Federação, bem como a identificação dos beneficiários que já receberam a respectiva restituição.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1579 de 1952, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, informações sobre a relação de todos os descontos indevidos realizados, discriminados por unidade da Federação, bem como a identificação dos beneficiários que já receberam a respectiva restituição.

Nesses termos, requisita-se, em formato digital, relatório detalhado contendo:

1. relação de todos os descontos indevidos realizados, discriminados por unidade da Federação.
2. identificação dos beneficiários que já receberam a respectiva restituição.



JUSTIFICAÇÃO

A presente solicitação tem por finalidade subsidiar os trabalhos de investigação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que apura possíveis irregularidades e fraudes no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A obtenção de relatório detalhado contendo a relação de todos os descontos indevidos efetuados em benefícios previdenciários, discriminados por unidade da Federação, é medida essencial para permitir análise técnica e comparativa sobre a extensão e distribuição geográfica dessas ocorrências.

Além disso, a identificação dos beneficiários que já receberam a restituição dos valores indevidamente descontados possibilitará à CPMI verificar a efetividade das ações corretivas implementadas pelo INSS, bem como o eventual descumprimento de prazos, falhas de comunicação ou inconsistências nos procedimentos de devolução.

Tais informações são imprescindíveis à transparência e à responsabilização dos agentes públicos e privados envolvidos, permitindo que esta Comissão identifique padrões de atuação, aperfeiçoe o diagnóstico sobre a origem dos descontos irregulares e proponha medidas legislativas e administrativas aptas a prevenir novas ocorrências.

Dessa forma, o atendimento ao presente requerimento contribuirá diretamente para o cumprimento da função constitucional de fiscalização e controle atribuída ao Parlamento, fortalecendo o compromisso desta CPMI com a defesa do interesse público e a integridade da política previdenciária nacional.

Sala da Comissão, de de .

Deputada Coronel Fernanda
(PL - MT)

